

RICARDO ANTUNES



O PRIVILÉGIO DA SERVIDÃO

o novo proletariado de
serviços na era digital

Capítulo 2

A EXPLOSÃO DO NOVO PROLETARIADO DE SERVIÇOS

Em pleno século XXI, mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego. Isto é, ao mesmo tempo que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras¹ em escala global, há uma redução imensa dos empregos; aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo), recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando.

Mas, contra a equivocada tese da *finitude do trabalho*, nosso desafio primeiro é compreender o trabalho em sua *forma de ser* contraditória: mesmo quando é marcado de modo predominante por traços de alienação e estranhamento, ele expressa também, em alguma medida, coágulos de *sociabilidade* que são perceptíveis particularmente quando comparamos a vida de homens e mulheres que trabalham com a daqueles que se encontram desempregados.

¹ Dada a clara divisão sociossexual do trabalho, frequentemente desigual e diferenciada, neste livro a noção de trabalhadores e de classe trabalhadora contemplará sempre sua dimensão de gênero, como *trabalhadores* e *trabalhadoras*.

Ao contrário da *unilateralização* presente tanto nas teses que procuraram *desconstruir* o trabalho quanto naquelas que fazem seu *culto acritico*, sabemos que, na longa história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência e *felicidade social* (presente já na reivindicação do *cartismo*, na Inglaterra do século XIX), o trabalho é também uma *atividade vital e omnilateral*. Mas, quando a vida humana se resume *exclusivamente ao trabalho* – como muitas vezes ocorre no mundo capitalista e em sua *sociedade do trabalho abstrato* –, ela se converte em um mundo penoso, *alienante, aprisionado e unilateralizado*. É aqui que emerge uma constatação central: se por um lado necessitamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador e transformador, por outro devemos recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social, tal como o conhecemos sob a vigência e o comando do *trabalho abstrato*.

Isso porque o *sentido do trabalho* que estrutura o capital (o *trabalho abstrato*) é desestruturante para a humanidade, enquanto seu polo oposto, o *trabalho* que tem sentido estruturante para a humanidade (o *trabalho concreto* que cria bens socialmente úteis), torna-se potencialmente desestruturante para o capital. Aqui reside a *dialética espetacular do trabalho*, que muitos de seus críticos foram incapazes de compreender.

Mas é essa processualidade contraditória, presente no ato de trabalhar, que *emancipa e aliena, humaniza e sujeita, libera e escraviza*, que (re)converte o estudo do trabalho humano em questão crucial de nosso mundo e de nossa vida. Neste conturbado século XXI, o desafio maior é dar *sentido autoconstituente ao trabalho humano* de modo a tornar a nossa *vida fora do trabalho* também *dotada de sentido*. Construir, portanto, um *novo modo de vida* a partir de um *novo mundo do trabalho*, para além dos constrangimentos impostos pelo sistema de metabolismo social do capital, para recordar Mészáros², é um imperativo vital.

Quando se procura apreender as novas dimensões do mundo do trabalho observando suas particularidades, mas com um olhar especial para o universo laborativo dos serviços, quais tendências têm se apresentado como principais?

Rumo à precarização estrutural do trabalho

Há algumas décadas, em meados dos anos 1980, ganhou força explicativa a tese de que a classe trabalhadora estava em franca retração em escala global. Com Estados Unidos e Europa à frente, a ideia de um capitalismo maquinico e sem trabalho se expandia e mesmo

se consolidava, conseguindo ampla adesão no universo acadêmico, sindical e político em várias partes do mundo. Movida quase que exclusivamente pela técnica, pelo mundo maquinico-informacional-digital, a classe trabalhadora estaria em fase terminal.

O mundo real, entretanto, contraditou essa propositura. Se a ideia era no mínimo bastante problemática nos países do Norte, como deixar de considerar o monumental contingente de trabalho existente no Sul, em especial em países como a China, a Índia e tantos outros asiáticos de industrialização recente? Ou ainda no Brasil, no México, entre tantos outros exemplos latino-americanos dotados de grande contingente de força de trabalho? Ou na África do Sul, com sua simbiose explosiva entre classe e raça/etnia?

Se parece evidente que a produção de mercadorias, em sentido amplo, vem se metamorfoseando significativamente a partir da introdução do universo informacional-digital, seria plausível, então, conceber a possibilidade concreta de um capitalismo sem trabalho humano, desprovido de trabalho vivo? E, mais, seria ainda possível *equalizar* países com realidades tão díspares, borrando as mais diferenciadas formas pelas quais se apresenta a divisão internacional do trabalho, com agudas consequências na *nova morfologia do trabalho*?

O *privilégio da servidão* dá continuidade à nossa pesquisa buscando compreender a *nova morfologia do trabalho*, procurando assim contraditar o núcleo conceitual dessas proposições, oferecendo uma melhor inteligência dessa problemática, objetivando uma compreensão efetiva de *quem é a classe trabalhadora hoje*, resultado de um monumental processo de profundas transformações desencadeadas desde os primórdios dos anos 1970 nos países centrais e sobretudo desde meados da década de 1980 nos países do Sul.

Apesar de parecer que o proletariado industrial, herdeiro da era taylorista e fordista, vem se reduzindo em várias partes do mundo capitalista central, há também uma forte *contratendência*, dada pela expansão exponencial de novos contingentes de trabalhadores e trabalhadoras, especialmente no setor de serviços, mas também na agroindústria e na indústria, ainda que de modo diferenciado em vários países do Sul, de que são exemplos os casos da China, da Índia, da Coreia, do Brasil, do México, da África do Sul etc.

A China merece uma nota especial. Lá encontramos, neste início do século XXI, altas taxas de greves, uma vez que as engrenagens do capitalismo das transnacionais estão levando ao extremo os níveis de superexploração da classe trabalhadora. As causas são várias, e o exemplo da Foxconn é elucidativo. Fábrica do setor de informática e das tecnologias da comunicação, a Foxconn é um exemplo de *electronic contract manufacturing* (ECM), modelo de empresa terceirizada responsável pela montagem de produtos eletrônicos para Apple,

² István Mészáros, *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (São Paulo, Boitempo, 2002).

Nokia, entre várias outras transnacionais. Em sua unidade de Longhua (Shenzhen), onde são fabricados os iPhones, ampliaram-se desde 2010 os suicídios de trabalhadores, em sua maioria denunciando a intensa exploração do trabalho ao qual estão submetidos³.

Se por um lado esse padrão chinês de exploração do trabalho, presente em tantas outras unidades produtivas do país, vem se configurando como uma tendência agressiva de exploração em escala ampliada, por outro sinaliza que muitas das lutas sociais e das greves recentes lá gestadas encontram suas origens nessas precárias condições. As causas do relativo aumento da média salarial da classe trabalhadora na China, nesse último período, não foram outras senão resultado das inúmeras greves e ações de resistência desencadeadas pelo operariado chinês.

Segundo a organização Students and Scholars Against Corporate Misbehaviour (Sacom), os operários da Foxconn trabalhavam, em 2010, doze horas por dia em média, recebendo salários aviltantes. Os estudos de Pun Ngai, Jenny Chan e Mark Selden⁴ nos mostram que a tragédia da Foxconn foi de tal intensidade que, nos primeiros oito meses daquele ano, 17 jovens trabalhadores entre 17 e 25 anos tentaram suicídio, dos quais 13 morreram⁵. Segundo os autores, o triunfo comercial da Apple reside, em grande parte, na terceirização da produção de seus eletrônicos para a Ásia (e para a Foxconn em particular), que, apenas na China, empregava naquele período cerca de 1,4 milhão de trabalhadores⁶. Lembrem ainda que, desde o final dos anos 1970, a China estabeleceu zonas econômicas especiais para atrair capital estrangeiro, o que levou a Apple a buscar essas grandes empresas de terceirização a fim de reduzir custos e ampliar mercados. Vale recordar também que a Foxconn não só possuía complexos fabris em Shenzhen, mas em mais de quinze províncias por todo o país. Acrescentam ainda os autores, citando informações da própria Apple, que substancialmente *todos os produtos de hardware da com-*

³ Pun Ngai, Jenny Chan e Mark Selden, "The Politics of Global Production: Apple, Foxconn and China's New Working Class", *The Asia Pacific Journal: Japan Focus*, ed. 32, v. 11, n. 2, ago. 2013; disponível em: <<http://www.japanfocus.org/~jenny-chan/3981>>; acesso em: 20 ago. 2014.

⁴ Idem.

⁵ Ver também Pun Ngai e Jenny Chan, "The Advent of Capital Expansion in China: a Case Study of Foxconn Production and the Impacts on its Workers", 2012; disponível em: <http://rdln.files.wordpress.com/2012/01/pun-ngai_chan-jenny_on-foxconn.pdf>; acesso em: 20 ago. 2014; Pun Ngai, Chris King-Chi Chan e Jenny Chan, "The Role of the State, Labour Policy and Migrant Workers Struggles in Globalized China", *Global Labour Journal*, v. 1, n. 1, 2010; disponível em: <http://sacom.hk/wp-content/uploads/2013/07/2010GlobalLaborJournal-PN.CC.JC_.pdf>; acesso em: 26 dez. 2017.

⁶ Pun Ngai, Jenny Chan e Mark Selden, "The Politics of Global Production", cit.

panhia são manufaturados por parceiros terceirizados localizados principalmente na Ásia⁷.

Nessa forte impulsão à terceirização em escala global, sempre segundo a obra citada de Ngai, Chan e Selden, os fornecedores de eletrônicos são impelidos a competir uns contra os outros visando atender tanto as rigorosas especificações de preço quanto a qualidade do produto e o tempo de produção, o que acaba gerando pressões salariais e riscos à saúde dos trabalhadores. Essas fortes pressões salariais e condições árduas de trabalho provocaram, em julho de 2009, um suicídio. Na ocasião, um jovem operário de nome Sun Danyong, com 25 anos de idade, foi apontado como responsável pela perda de um dos protótipos do iPhone 4. Por causa disso, atirou-se do 12º andar da Foxconn.

Desde então, várias manifestações de descontentamento e também várias greves vêm ocorrendo, como forma de denúncia da superexploração e intensificação do trabalho vigente na empresa global terceirizada de capital originário de Taiwan. Ainda segundo Ngai, Chan e Selden, as greves e manifestações de revolta na Foxconn formam um espectro mais amplo de ações do trabalho por toda a parte na China ao longo das últimas décadas. Com a ampliação das plantas produtivas da Foxconn em outras cidades da China (no Brasil, também há uma unidade), houve novos suicídios, ainda que em menor escala, nos anos seguintes, como os três casos denunciados na unidade de Zhengzhou em 2013.

No Japão, cujo capitalismo de tipo toyotista inspirou os países ocidentais, as figuras dos jovens operários (decasségui) que migram em busca de trabalho nas cidades e dormem em cápsulas de vidro são emblemáticas, como também o são as ocorrências mais recentes, em Tóquio, de jovens trabalhadores sem-casa, subempregados ou desempregados, que procuram refúgio noturno em cibercafés – sendo, por isso, denominados ciber-refugiados –, buscando encontrar algum trabalho ao mesmo tempo que descansam e interagem virtualmente⁸. Eles se somam às diversas expressões, na ponta mais precarizada, do que Ursula Huws⁹ designou como *cibertariado*, do *infoproletariado*¹⁰, ou ainda dos *intermitentes globais*.

⁷ Idem.

⁸ Mariana Shinohara Roncato, *Dekassegui, ciber-refugiado e working poor: o trabalho migrante e o lugar do outro na sociedade de classes* (dissertação de mestrado em Sociologia, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2013).

⁹ Ursula Huws, *Labor in the Global Digital Economy: The Cybertariat Comes of Age* (Londres, Merlin, 2014).

¹⁰ Ricardo Antunes e Ruy Braga (orgs.), *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual* (São Paulo, Boitempo, 2009).

Ao contrário da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, estamos presenciando o advento e a expansão monumental do *novo proletariado da era digital*, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do *fim do trabalho na era digital*, estamos vivenciando o *crescimento exponencial do novo proletariado de serviços*, uma variante global do que se pode denominar *escravidão digital*. Em pleno século XXI.

Mas esse quadro não se limita ao mundo asiático. Como os exemplos são abundantes, vale fazer uma referência direta à empresa norte-americana de comércio global Walmart, inspiradora da pejorativa denominação "walmartização do trabalho" para caracterizar a intensidade da exploração em suas diversas unidades. Segundo o sociólogo italiano Pietro Basso¹¹, a Walmart utiliza-se de elementos do taylorismo e do toyotismo, remunerando o trabalho sempre nos patamares mais baixos. Do taylorismo, diz Basso, a empresa busca sempre maior produtividade, através do uso de tecnologias conjuntamente com o parcelamento das tarefas laborativas. E do modelo japonês, o toyotismo, utiliza-se do just-in-time, tanto em seu espaço de trabalho quanto na sua enorme rede de fornecedores.

Como lembra ainda o autor, a Walmart não incorporou nenhum traço de efetiva valorização salarial, sempre recusando salários maiores, além de praticar altas taxas de *turn over*. O seu maior "segredo" é a utilização de uma ampla força de trabalho composta por mulheres, jovens, negros e portadores de deficiência, que vendem sua força de trabalho por valores bastante reduzidos, valendo-se também de fornecedores chineses que produzem sob encomenda para a empresa¹².

Portanto, a "longa transformação" do capital chegou à era da financeirização e da mundialização em escala global, introduzindo uma *nova divisão internacional do trabalho*, que apresenta uma clara tendência, quer intensificando os níveis de precarização e informalidade, quer se direcionando à "intelectualização" do trabalho, especialmente nas TICs. Não raro, as duas tendências se mesclam e sofrem um processo de simbiose.

Um resultado forte de tais tendências é que, ao contrário da retração ou descompensação da lei do valor, o mundo do capital vem assistindo a uma forte ampliação de seus mecanismos de funcionamento, incorporando novas formas de geração de trabalho excedente (presentes nos trabalhos terceirizados ou pautados pela informalida-

¹¹ Pietro Basso, "L'orario di lavoro a inizio secolo", em Antonio Pagliarone e Giuseppe Sottile (orgs.), *Ma il capitalismo si espande ancora?* (Trieste, Asterios, 2008).

¹² Idem.

de etc.), ao mesmo tempo que expulsa da produção um conjunto significativo de trabalhadores (incluindo jovens qualificados e ultra-qualificados, muitos dos quais pós-graduados) que não encontram emprego em seus países. Isso sem falar dos enormes contingentes de imigrantes menos qualificados, cujos novos fluxos migratórios (Sul-Norte, Norte-Sul, Sul-Sul, Norte-Norte e Leste-Oeste) aumentam os bolsões de trabalhadores sobrantes, descartáveis, subempregados e desempregados¹³.

O resultado dessa processualidade é que, em todos os espaços possíveis, os capitais convertem o trabalho em *potencial* gerador de mais-valor, o que inclui desde as ocupações, tendencialmente em retração em escala global, que ainda estabelecem relações de trabalho pautadas pela formalidade e contratualidade, até aquelas claramente caracterizadas pela informalidade e flexibilidade, não importando se suas atividades são mais intelectualizadas ou mais manuais.

Um desenho contemporâneo da classe trabalhadora deve englobar, portanto, a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho em troca de salário, seja na indústria, na agricultura e nos serviços, seja nas interconexões existentes entre esses setores, como na agroindústria, nos serviços industriais, na indústria de serviços etc. Dadas as profundas metamorfoses ocorridas no mundo produtivo do capitalismo contemporâneo, o *conceito ampliado de classe trabalhadora*, em sua *nova morfologia*, deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais e que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário, sendo pagos por capital-dinheiro, não importando se as atividades que realizam sejam predominantemente materiais ou imateriais, mais ou menos regulamentadas.

Sabemos que, no capitalismo financeirizado da era informacional¹⁴, se desenvolve cada vez mais uma simbiose entre o que é *produtivo* e o que é *improdutivo*, uma vez que no mesmo trabalho podem ser executadas atividades que geram valor e, posteriormente, outras ações voltadas para conferir a qualidade dos produtos criados, mesclando assim ações tanto "produtivas" quanto "improdutivas" (sempre no sentido que lhes é dado pelo capital).

Em um universo em que a economia está sob comando e hegemonia do capital financeiro, as empresas buscam garantir seus altos lucros exigindo e transferindo aos trabalhadores e trabalhadoras a

¹³ Ver também os livros de Pietro Basso e Fabio Perocco, *Gli immigrati in Europa: diseguglianze, razzismo lotte* (Milão, Angeli, 2008); e *Razzismo di stato: stati uniti, Europa, Italia* (Milão, Angeli, 2010).

¹⁴ François Chesnais, *A mundialização do capital* (São Paulo, Xamã, 1996).

pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos, como os relativos à força de trabalho, além de exigir a “flexibilização” crescente dos contratos de trabalho. Nesse contexto, a terceirização vem se tornando a modalidade de gestão que assume centralidade na estratégia empresarial, uma vez que as relações sociais estabelecidas entre capital e trabalho são disfarçadas em relações interempresas, baseadas em contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes, com consequências profundas que desestruturam ainda mais a classe trabalhadora, seu tempo de trabalho e de vida, seus direitos, suas condições de saúde, seu universo subjetivo etc.

E, mais ainda, a explosão de empresas terceirizadas tem sido um importante propulsor de mais-valor. As empresas públicas que no passado recente eram prestadoras de serviços sem fins lucrativos, após a sua privatização e *mercadorização tornaram-se participantes (direta ou indiretamente) do processo de valorização do capital, incrementando e ampliando as modalidades de lucro e de criação ou realização do mais-valor*. Portanto, menos do que o fim da teoria do valor, tese tão difundida quanto equivocada, as empresas de terceirização se somaram aos exemplos de crescimento da extração do excedente de trabalho visando a criação de mais-valor e o aumento dos lucros. O exponencial processo de expansão das empresas terceirizadas configura também um *enorme incremento para a produção de valor e de mais-valor*, entre tantos outros pontos que desenvolveremos neste capítulo e ao longo do livro.

Com salários menores, jornadas de trabalho prolongadas, vicissitudes cotidianas que decorrem da burla da legislação social protetora do trabalho, a terceirização assume cada vez mais relevo, tanto no processo de corrosão do trabalho e de seus direitos como no incremento e na expansão de novas formas de trabalho *produtivo* geradoras de valor. Essas novas modalidades de trabalho vêm assumindo um destaque crescente não só no mundo da produção material mas na *circulação do capital e agilização das informações*, esferas que são com frequência realizadas por atividades também imateriais, que ganham cada vez mais importância na reprodução ampliada do capital financeirizado, informacional e digital.

Vamos apresentar, então, nas páginas e nos capítulos seguintes, algumas ideias e hipóteses que sustentam a formulação principal deste livro, a qual pode ser assim resumida: *há uma nova morfologia da classe trabalhadora; dela sobressai o papel crescente do novo proletariado de serviços da era digital*.

O trabalho em serviços e seus novos significados

Conforme pudemos indicar em vários estudos anteriores, ao contrário da conhecida tese da perda de vigência da lei do valor¹⁵, o capitalismo atual apresenta um processo multiforme, no qual informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade se tornaram mecanismos vitais, tanto para a *preservação* quanto para a *ampliação da lei do valor*. A enorme expansão do setor de serviços e dos denominados trabalhos imateriais que se subordinam à *forma-mercadoria* confirma essa hipótese, dado seu papel de destaque no capitalismo contemporâneo. O mito de que a “sociedade de serviços pós-industrial” eliminaria completamente o proletariado se mostrou um equívoco enorme. Evaporou-se. Desmanchou-se no ar. Na contrapartida, vem aflorando em escala global uma outra tendência, caracterizada pela expansão significativa de trabalhos assalariados no setor de serviços.

Vamos, então, avançar alguns pontos importantes para uma melhor compreensão dessa tendência. As mais distintas modalidades de trabalho presentes no capitalismo contemporâneo vêm – diferente do que foi propugnado nas últimas décadas – ampliando as formas geradoras do *valor*, ainda que (e aqui reside o primeiro ponto analítico central) assumindo a *aparência do não valor*.

Como o capital não se valoriza sem realizar alguma forma de interação entre *trabalho vivo* e *trabalho morto*, ele procura aumentar a produtividade do trabalho, intensificando os mecanismos de extração do sobretrabalho, com a expansão do *trabalho morto* corporificado no maquinário tecnológico-científico-informacional¹⁶. Nesse movimento, todos os espaços possíveis se tornam *potencialmente geradores de mais-valor*. As TICs, presentes de modo cada vez mais amplo no mundo da produção material e imaterial e que tipificam também os serviços *privatizados e mercadorizados*, configuram-se como um elemento novo e central para uma efetiva compreensão dos novos mecanismos utilizados pelo capital em nossos dias.

¹⁵ Jürgen Habermas, “The New Obscurity”, em *The New Conservatism: Cultural Criticism and the Historian’s Debate* (Cambridge, Polity, 1989); *The Theory of Communicative Action*, v. 1: *Reason and the Rationalization of Society* (Londres, Polity, 1991); *The Theory of Communicative Action*, v. 2: *The Critique of Functionalist Reason* (Londres, Polity, 1992); André Gorz, *Adeus ao proletariado* (Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982); *Metamorfozes do trabalho* (São Paulo, Annablume, 2003); *O imaterial* (São Paulo, Annablume, 2005); Robert Kurz, *O colapso da modernização* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992).

¹⁶ Jean Lojkine, *A revolução informacional* (São Paulo, Cortez, 1995), e “De la révolution industrielle à la révolution informationnelle”, em Jacques Bidet e Jacques Texier, *La crise du travail: actuel Marx confrontation* (Paris, Presses Universitaires de France, 1995); Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho* (São Paulo, Boitempo, 2013), e *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfozes e a centralidade do mundo do trabalho* (São Paulo, Cortez, 2015).

Exemplo emblemático é o do *zero hour contract*, modalidade perversa de trabalho que viceja no Reino Unido e se esparrama pelo mundo, em que os contratos não têm determinação de horas – daí sua denominação. Nessa modalidade, trabalhadores das mais diversas atividades ficam à disposição esperando uma chamada. Quando a recebem, ganham estritamente pelo que fizeram, nada recebendo pelo tempo que ficaram à disposição da nova “dádiva”. Essa forma de contratação engloba um leque imenso de trabalhadores e trabalhadoras de que são exemplos médicos, enfermeiros, trabalhadores do *care* (cuidadores de idosos, crianças, doentes, portadores de necessidades especiais etc.), motoristas, eletricitas, advogados, profissionais dos serviços de limpeza, de consertos domésticos, dentre tantos outros. E os capitais informáticos e financeirizados, numa engenhosa forma de escravidão digital, se utilizam cada vez mais dessa pragmática de flexibilização total do mercado de trabalho.

Assim, de um lado deve existir a disponibilidade perpétua para o labor, facilitada pela expansão do trabalho on-line e dos “aplicativos”, que tornam invisíveis as grandes corporações globais que comandam o mundo financeiro e dos negócios. De outro, expande-se a praga da precariedade total, que surrupia ainda mais os direitos vigentes. Se essa lógica não for radicalmente confrontada e obstada, os novos proletários dos serviços se encontrarão entre uma realidade triste e outra trágica: oscilarão entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o *privilégio da servidão*¹⁷.

Um grupo cada vez mais minoritário estará no topo dos assalariados. Entretanto, a instabilidade poderá levá-lo a ruir face a qualquer oscilação do mercado, com seus tempos, movimentos, espaços e territórios em constante mutação. A esses se somam ainda uma massa de “empreendedores”, uma mescla de *burguês-de-si-próprio* e *proletário-de-si-mesmo*. Mas é bom recordar que há várias resistências nos espaços de trabalho e nas lutas sindicais a essas formas de trabalho que procuram ocultar seu assalariamento, por meio do mito do trabalho autônomo.

A Uber é outro exemplo mais do que emblemático: trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis, isto é, com seus instrumentos

de trabalho, arcam com suas despesas de seguridade, com os gastos de manutenção dos veículos, de alimentação, limpeza etc., enquanto o “aplicativo” – na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado – apropria-se do mais-valor gerado pelo serviço dos motoristas, sem preocupações com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Em pouco tempo, essa empresa se tornou global, com um número espetacularmente grande de motoristas que vivenciam as vicissitudes dessa modalidade de trabalho instável. A principal diferença entre o *zero hour contract* e o sistema Uber é que neste os/as motoristas não podem recusar as solicitações. Quando o fazem, sofrem represálias por parte da empresa, que podem resultar no seu “desligamento”.

Submetidos a essas modalidades de trabalho, com contratos “zerados”, “uberizados”, “pejotizados”, “intermitentes”, “flexíveis”, os trabalhadores ainda são obrigados a cumprir “metas”, impostas frequentemente por práticas de assédio capazes de gerar adoecimentos, depressões e suicídios. Em 2017, os assédios que ocorreram na empresa Uber assumiram uma dimensão tão grave que levaram, inclusive, à demissão de seu CEO, envolvido nessas práticas escusas que se repetem em muitas empresas globais. Vale recordar também que a justiça britânica reconheceu em primeira instância, recentemente, a burla presente nessas modalidades de “serviços”, obrigando as empresas a estenderem aos trabalhadores e trabalhadoras os direitos trabalhistas vigentes.

Outro exemplo da forma disfarçada assumida pela exploração do trabalho pode ser encontrado na Itália, onde há pouco tempo se desenvolveu uma nova modalidade de trabalho ocasional, o trabalho pago a *voucher*. Ela é assim denominada porque os assalariados ganham um *voucher* pelas horas de trabalho realizadas, o qual trocam pelo equivalente monetário, segundo o salário mínimo legal pago por hora trabalhada. Se não bastasse esse vilipêndio (que em Portugal se denomina trabalho pago por “recibos verdes”), os trabalhos excedentes muitas vezes são oferecidos por fora do *voucher*, o que significa uma precarização ainda maior do trabalho ocasional e intermitente. É como se existisse uma precarização “legal” e outra “ilegal”. Não teve outro motivo o repúdio dessa modalidade pelos trabalhadores e trabalhadoras, por seus movimentos de representação e também pelo sindicalismo de perfil mais crítico, que exigiram um plebiscito para que a população pudesse decidir pela continuidade ou não de tal prática. Temendo a derrota, o governo suspendeu, no início de 2017, essa forma de assalariamento.

Foi esse conjunto de pragmáticas que possibilitou o florescimento e a ampliação do chamado *preariado*, estrato social crescente

¹⁷ Parece desnecessário dizer que o termo servidão é aqui utilizado de modo metafórico, inspiração encontrada em Albert Camus, *O primeiro homem* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994), que deu o mote para o título deste livro. Marx também parece ter feito um uso livre do termo quando afirmou que “a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação”, em *Manuscritos econômico-filosóficos* (trad. Jesus Ranier, São Paulo, Boitempo, 2004), p. 89.

nos países capitalistas centrais, como na Itália, na Espanha, na Inglaterra, na França, em Portugal, nos Estados Unidos etc., e que, dadas as dificuldades de acolhimento dentro do espaço sindical, vem criando seus próprios movimentos. Em Milão, na Itália, sua organização foi uma das pioneiras, gerando uma forma de representação autônoma, de que é exemplo o San Precario, que luta pelas conquistas dos direitos pelo precariado, incluindo naturalmente os imigrantes¹⁸.

Há também o movimento Clash City Workers¹⁹, da juventude precarizada e rebelde, que assim se define:

Clash City Workers é um coletivo de trabalhadores e trabalhadoras, desocupados e desocupadas, denominados "jovens precários". A tradução de nosso nome significa algo como "trabalhadores da cidade em luta". Nascidos na metade de 2009, somos ativos particularmente em Nápoles, Roma, Florença, Pádua, Milão e Bérghamo e procuramos seguir e sustentar as lutas que estão em curso na Itália.²⁰

Esse processo de intensa precarização do proletariado italiano vem possibilitando novas formas de representação sindical, como é o caso da Confederazione Unitaria di Base (CUB), criada há vários anos como uma proposta alternativa ao sindicalismo mais tradicional, sendo que mais recentemente se deu a criação do movimento Nuove Identità di Lavoro (NidiL), vinculado à Confederazione Generale Italiana del Lavoro (CGIL), voltado a representar o denominado precariado.

O fundamento dessa pragmática que invade todo o universo global do trabalho se evidencia. Na empresa "moderna", o trabalho que os capitais exigem é aquele mais flexível possível: sem jornadas pré-determinadas, sem espaço laboral definido, sem remuneração fixa, sem direitos, nem mesmo o de organização sindical. Até o sistema de "metas" é flexível: as do dia seguinte devem ser sempre maiores do que aquelas obtidas no dia anterior.

É por isso que, nesse mundo do trabalho digital e flexível, o dicionário empresarial não para de "innovar", em especial no setor de serviços. "Pejotização" em todas as profissões, com médicos, advogados, professores, bancários, eletricitas, trabalhadoras e trabalhadores do *care* (cuidadores) e "frilas fixos", *freelancers* que se tornam permanentes, mas que têm seus direitos burlados e se escondem nas redações dos jornais quando as empresas sofrem as auditorias do

¹⁸ O site do movimento é: www.precaria.org/.

¹⁹ O site do movimento é: www.clashcityworkers.org/chi-siamo.html.

²⁰ Ver também o interessante estudo do coletivo Clash City Workers, *Dove sono i nostri: lavoro, classe e movimenti nell'Italia della crisi* (Lucca, La Casa Usher, 2014).

trabalho. Ou ainda o chamado *teletrabalho* e/ou *home office*, que se utiliza de outros espaços fora da empresa, como o ambiente doméstico, para realizar suas atividades laborativas. Isso pode trazer vantagens, como economia de tempo em deslocamentos, permitindo uma melhor divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, dentre outros pontos positivos. Mas com frequência é, também, uma porta de entrada para a eliminação dos direitos do trabalho e da seguridade social paga pelas empresas, além de permitir a intensificação da *dupla jornada de trabalho*, tanto o *produtivo* quanto o *reprodutivo* (sobretudo no caso das mulheres). Outra consequência negativa é a de incentivar o trabalho isolado, sem sociabilidade, desprovido do convívio social e coletivo e sem representação sindical.

É desse modo que o capitalismo informacional e digital vem aprimorando sua engenharia da dominação. Desde que a empresa taylorista e fordista foi suplantada pela liofilização toyotista e flexível, passamos a presenciar o que Danièle Linhart²¹ denominou *desmedida empresarial*. Contra a rigidez vigente nas fábricas da era do automóvel, durante o longo século XX, nas últimas décadas os capitais vêm impondo sua tripode destrutiva em relação ao trabalho: a *terceirização*, a *informalidade* e a *flexibilidade* se tornaram partes inseparáveis do léxico da empresa corporativa.

Assim, movida por essa lógica que se expande em escala global, estamos presenciando a expansão do que podemos denominar *uberização* do trabalho, que se tornou um *leitmotiv* do mundo empresarial. Como o trabalho on-line fez desmoronar a separação entre o tempo de vida no trabalho e *fora dele*, floresce uma nova modalidade laborativa que combina mundo digital com sujeição completa ao ideário e à pragmática das corporações. O resultado mais grave dessa processualidade é o advento de uma nova era de *escravidão digital*, que se combina com a expansão explosiva dos *intermitentes globais*.

Tudo isso se coaduna com a denominada *indústria 4.0*. Essa propositura nasceu na Alemanha, em 2011, concebida para gerar um novo e profundo salto tecnológico no mundo produtivo, estruturado a partir das novas TICs que se desenvolvem celeremente. Ela significará a intensificação dos processos produtivos automatizados, em toda a cadeia geradora de valor, de modo que a logística empresarial seja toda controlada digitalmente.

Sua principal consequência para o mundo do trabalho será a ampliação do *trabalho morto*, tendo o maquinário digital – a "internet das coisas" – como dominante e condutor de todo o processo fabril,

²¹ Danièle Linhart, *A desmedida do capital* (São Paulo, Boitempo, 2007), e *La comédie humaine du travail* (Toulouse, Editions Érès, 2015).

e a conseqüente redução do *trabalho vivo*, através da substituição das atividades tradicionais e mais manuais por ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o comando informacional-digital.

No capitalismo avançado, a produção tende a ser cada vez mais invadida por robôs e máquinas digitais, encontrando nas TICs o suporte fundamental dessa nova fase de *subsunção real do trabalho ao capital*. Como consequência dessa nova empresa flexível e digital, os *intermitentes globais* tendem se expandir ainda mais, ao mesmo tempo que o processo *tecnológico-organizacional-informacional* eliminará de forma crescente uma quantidade incalculável de força de trabalho que se tornará supérflua e sobrando, sem empregos, sem seguridade social e sem nenhuma perspectiva de futuro.

Sua denominação, indústria 4.0, estampa, segundo seus formuladores, uma nova fase da automação industrial, que se diferencia da Revolução Industrial do século XVIII, do salto dado pela indústria automotiva do século XX e também da reestruturação produtiva que se desenvolveu a partir da década de 1970. A essas três fases anteriores sucederá uma nova, que consolidará, sempre segundo a proposição empresarial, a hegemonia informacional-digital no mundo produtivo, com os celulares, tablets, smartphones e assemelhados controlando, supervisionando e comandando essa nova etapa da ciberindústria do século XXI.

Não é difícil antecipar que a *divisão internacional do trabalho* entre Norte e Sul, centro e periferia, tenderá a se aprofundar ainda mais, seguindo um movimento que, sendo desigual e combinado, atingirá de forma diferenciada a totalidade dos países, aprofundando a expulsão de força de trabalho em um patamar ainda maior que o atual.

Como essa lógica que estamos descrevendo é fortemente destrutiva em relação ao mundo do trabalho, a contrapartida esparramada pelo ideário empresarial tem de ser *amenizada e humanizada*. É por isso que o novo dicionário “corporativo” ressignifica o autêntico conteúdo das palavras, adulterando-as e tornando-as corriqueiras no dialeto empresarial: “colaboradores”, “parceiros”, “sinergia”, “resiliência”, “responsabilidade social”, “sustentabilidade”, “metas”. Quando entram em cena os enxugamentos, as reestruturações, as “inovações tecnológicas da indústria 4.0”, enfim, as reorganizações comandadas pelos que fazem a “gestão de pessoas” e pelos que formulam as tecnologias do capital, o que temos é mais precarização, mais informalidade, mais subemprego, mais desemprego, mais trabalhadores intermitentes, mais eliminação de postos de trabalho, *menos pessoas trabalhando com os direitos preservados*. Para tentar “amenizar” esse flagelo, propaga-se em todo canto um novo subterfúgio: o “empreendedorismo”, no qual todas as esperanças são apostadas e cujo desfecho nunca se sabe qual será.

Parece evidente que essas mutações que afetaram o mundo produtivo encontraram enorme impulsão a partir da expansão capitalista do setor de serviços. Que metamorfoses ele vem sofrendo, a partir da sua privatização? Se os serviços foram, nos séculos XIX e XX, em grande parte considerados *improdutivos* (para o capital), como compreendê-los nessa nova fase informacional-digital, em que a divisão trissetorial (agricultura, indústria e serviços) está cada vez mais interseccionada e submersa na lógica da *mercadorização*? Em uma indagação sintética: os serviços podem ser considerados também produtivos? Podem gerar mais-valor? Como devemos compreendê-los, em meio a tantas metamorfoses? Parece imperioso voltar a Marx, para tentarmos ao menos oferecer elementos para uma resposta.

Os serviços podem gerar mais-valor?

Sabemos que a criação do mais-valor ocorre na esfera da produção, conforme Marx desenvolve no Livro I de *O capital*²². Mas sabemos também que *produção é consumo* e que *consumo é produção*. O ciclo completo é constituído por *produção, consumo, distribuição, circulação ou troca*. Como no mundo contemporâneo há uma intersecção crescente entre os diversos setores da produção (indústria, agricultura e serviços), de que são exemplos a agroindústria, a indústria de serviços e os serviços industriais, esses setores são cada vez mais controlados e totalizados pelo capital, que os converte em mercadorias (sejam elas materiais ou imateriais). Aflora, então, um novo desafio analítico: qual é o papel efetivo dos serviços privatizados na criação do valor?

No Livro II de *O capital*²³, Marx apresenta uma seminal análise da *indústria de transporte* (navegação e ferrovia) como potencial geradora de mais-valor, apesar de não produzir nenhum elemento material.

Dada a especificidade desse setor, Marx afirma:

Quanto mais transitória for uma mercadoria e, por conseguinte, quanto mais imediatamente após sua produção ela tiver de ser consumida e, portanto, também vendida, tanto menos ela pode se distanciar de seu local de produção, mais estreita é sua esfera espacial de circulação e mais local é a natureza de seu mercado de escoamento. Assim, quanto mais transitória for uma mercadoria, quanto maiores forem, por suas qualidades físicas, os limites absolutos de seu tempo de curso como mercadoria, tanto menos ela é apta a ser objeto da produção capitalista. Esta só pode se instalar em locais de grande densidade populacional, ou

²² Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*, Livro I: *O processo de produção do capital* (São Paulo, Boitempo, 2013).

²³ Idem, *O capital: crítica da economia política*, Livro II: *O processo de circulação do capital* (São Paulo, Boitempo, 2014).

na medida em que as distâncias se encurtam graças ao desenvolvimento dos meios de transporte. Mas a concentração da produção de um artigo em poucas mãos e num local populoso pode criar um mercado relativamente grande também para esse tipo de artigos, como, por exemplo, nas grandes cervejarias, leiterias etc.²⁴

A perecibilidade presente nessas atividades obrigou a uma transformação dos serviços de transporte, convertendo-os em um ramo produtivo da indústria. Assim como esta se tornou capitalista a partir do advento da Revolução Industrial e, posteriormente, também a agricultura superou a sua condição de feudalidade, tornando-se capitalista, um processo similar vem ocorrendo com os serviços, especialmente a partir da década de 1970.

Muito antes, entretanto, Marx pôde demonstrar como a indústria de transporte, mesmo sem produzir *materialmente*, acrescentava valor. Essa antecipação marxiana foi possível porque ele concebeu a *indústria em um sentido amplo*.

Em suas palavras:

Mas o que a indústria dos transportes vende é o próprio deslocamento de lugar. O efeito útil obtido é indissolavelmente vinculado ao processo de transporte, isto é, ao *processo de produção* da indústria dos transportes. Homens e mercadorias viajam num meio de transporte, e sua viagem, seu movimento espacial, é justamente o processo de produção efetuado. O efeito útil só pode ser consumido durante o *processo de produção*; ele não existe como uma coisa útil diferente desse processo, como algo que só funciona como artigo comercial, só circula como mercadoria depois de ter sido produzido. *Mas o valor de troca desse efeito útil é determinado, como o de toda e qualquer mercadoria, pelo valor dos elementos de produção nele consumidos (força de trabalho e meios de produção) acrescentado do mais-valor criado pelo mais-trabalho dos trabalhadores ocupados na indústria dos transportes.*²⁵

Atente-se aqui para o fato de que, para Marx, esse valor é determinado de forma similar à dos demais ramos industriais:

Assim, o capital produtivo investido nessa indústria adiciona valor aos produtos transportados, em parte por meio da transferência de valor dos meios de transporte, *em parte por meio do acréscimo de valor gerado pelo trabalho de transporte. Esta última adição de valor se decompõe, como em toda produção capitalista, em reposição de salário e mais-valor.*²⁶

²⁴ Ibidem, p. 207; grifos meus.

²⁵ Ibidem, p. 133-134; grifos meus.

²⁶ Ibidem, p. 229; grifos meus.

Portanto, Marx caracteriza a atividade na indústria de transporte como um *processo de produção dentro do processo de circulação*. Essa formulação oferece, como veremos adiante, pistas seminais para se pensar o mundo capitalista dos serviços que se amplia exponencialmente em nosso tempo. Como o autor apresenta uma *concepção ampliada de indústria*, não só no Livro II de *O capital*, mas também nos *Grundrisse*²⁷, é possível compreender que se desenvolve uma processualidade produtiva no ramo dos transportes, tanto marítimo como ferroviário, além de no armazenamento, nas comunicações, na indústria do gás e em outras esferas. Isso porque, dadas as suas particularidades, elas contemplam um *processo de produção* em seu movimento, ainda que dela não resulte *nenhum produto material*, como é o caso da indústria de transportes.

No capítulo 6 do Livro II de *O capital*, "Os custos de circulação", Marx ainda acrescenta que a indústria de transportes, por ser um ramo autônomo da produção, se converte em uma *esfera particular de emprego de capital produtivo*, que dá *continuidade ao processo de produção dentro do processo de circulação*:

A indústria do transporte constitui, por um lado, um ramo independente de produção e, por conseguinte, uma esfera especial de investimento do capital produtivo. Por outro lado, ela se distingue pelo fato de aparecer como continuação de um processo de produção *dentro* do processo de circulação e *para* o processo de circulação.²⁸

Em nosso entendimento, esse é um ponto crucial de similitude entre a produção *material* que predomina na indústria e a produção *imaterial* (ou não) que ocorre nos serviços privatizados: há um *processo de produção dentro do processo de circulação*. Esse traço distintivo transparece quando Marx apresenta a fórmula para a indústria de transporte, a fim de diferenciá-la da produção material de mercadorias:

A fórmula para a indústria dos transportes seria, portanto, $D-M < \overset{T}{M_p} \dots P-D'$, já que aqui *se paga o próprio processo de produção, e não um produto dele separado*. Sua forma é, assim, quase a mesma da fórmula da produção dos metais preciosos, com a única diferença de que D' é aqui a forma modificada do efeito útil engendrado durante o processo de produção, e não a forma natural do ouro ou da prata engendrados durante esse processo e dele expelidos.²⁹

²⁷ Karl Marx, *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 - esboços da crítica da economia política* (São Paulo, Boitempo, 2011).

²⁸ Idem, *O capital*, Livro II, cit., p. 231.

²⁹ Ibidem, p. 134; grifos meus. Remeto também o leitor ao excelente livro de Vinicius Oliveira Santos, *Trabalho material e teoria do valor em Marx: semelhanças ocultas e nexos necessários* (São Paulo, Expressão Popular, 2013), p. 127-140, no qual

Assim, a indústria de transporte, especialmente a dos produtos perecíveis, é condição para se efetivar o consumo da mercadoria, enfeixando o ciclo de produção e consumo. Se o transporte não for efetivado em curto espaço de tempo, a mercadoria perece. Isso a torna uma indústria diferenciada e geradora de valor. O processo de circulação, entretanto, possui ainda outros elementos centrais.

No mesmo Livro II de *O capital*, Marx acrescenta que tempo de produção, tempo de trabalho e tempo de circulação não podem ser identificados como sinônimos. Isso porque:

O tempo de produção engloba naturalmente o período do processo de trabalho, mas não é englobado por ele. Antes de tudo, lembremo-nos de que uma parte do capital constante existe nos meios de trabalho, como máquinas, edifícios etc., que servem, enquanto dura sua vida, nos mesmos processos de trabalho que se repetem continuamente. A interrupção periódica do processo de trabalho durante a noite, por exemplo, ainda que interrompa a função desses meios de trabalho, não interrompe sua permanência nos locais de produção. Eles pertencem a esses locais não só quando ativos, mas também quando inativos.³⁰

E acrescenta ainda que:

o capitalista precisa dispor de um determinado estoque de matérias-primas e materiais auxiliares para que o processo de produção continue a se desenrolar durante um tempo mais curto ou mais longo sobre a escala previamente estabelecida, sem depender da contingência de ter de abastecer-se diariamente desses materiais no mercado. Esse estoque de matérias-primas etc. só é produtivamente consumido de modo paulatino. Há, portanto, uma diferença entre seu tempo de produção e seu tempo de funcionamento. O tempo de produção dos meios de produção em geral abarca, desse modo, 1) o tempo durante o qual eles funcionam como meios de produção, ou seja, durante o qual atuam no processo de produção; 2) as pausas, durante as quais se interrompe o processo de produção e, com ele, a função dos meios de produção nele incorporados; 3) o tempo durante o qual, embora já se encontrem disponíveis como condições do processo e, portanto, já representem o capital produtivo, eles ainda não estão incorporados no processo de produção.³¹

algumas das hipóteses aqui desenvolvidas são apresentadas com competência. Se Santos, como indica em seus estudos (p. 130-132), retomou pistas de meus trabalhos anteriores, faço o mesmo aqui em relação ao seu texto, principalmente quando ele apresenta sua criativa hipótese comparativa entre o mundo da produção imaterial e o da produção material.

³⁰ Karl Marx, *O capital*, Livro II, cit., p. 201.

³¹ Ibidem, p. 201-2.

Assim, Marx afirma que, como o tempo de rotação do capital é igual ao tempo de produção (que inclui o tempo de trabalho) mais o tempo de circulação, quanto mais próximo de zero se torna o tempo de circulação do capital, tanto maiores se tornam a produtividade e a produção de mais-valor, uma vez que o tempo de circulação do capital pode limitar ou agilizar o tempo de produção e, portanto, aumentar ou diminuir o processo de produção do mais-valor.

Ainda segundo suas próprias palavras:

Quanto mais as metamorfoses da circulação do capital são apenas ideais, isto é, quanto mais o tempo de curso é = 0 ou próximo de zero, tanto mais atua o capital e tanto maior se torna sua produtividade e autovalorização. [...] Portanto, o tempo de curso do capital limita, em geral, seu tempo de produção e, por conseguinte, seu processo de valorização.³²

Assim, como hipótese que parece plausível, a indústria de transportes, expressão de uma modalidade de produção imaterial – visto que não produz nenhuma mercadoria, pois atua centralmente na esfera da circulação –, torna-se imprescindível para a concretização da produção material e da efetivação do mais-valor. Por certo, essa exceção aberta por Marx não significa que o mais-valor encontre fora da produção seu espaço de criação. Mas, partindo de sua excepcional percepção e teorização de que há um processo de produção que se desenvolve dentro do processo de circulação, qualquer leitura que atribua uma concepção estreita de produção e de indústria em Marx fica em grande medida bastante fragilizada. Por outro lado, essa concepção ampla de processo de produção dentro da circulação não pode ser acriticamente generalizada.

Como exemplo, podemos recordar que, no Livro III³³, ao tratar do comércio, Marx adicionou que este, embora seja imprescindível para a concretização da venda, não gera mais-valor, sendo por isso considerado pelo capital como improdutivo. O capital comercial, diz Marx, se apropria de parte do mais-valor gerado na produção industrial e por isso não é responsável pela sua criação. Mas o autor não deixa de afirmar que as similitudes são maiores do que as diferenças, quando se pensa nas condições de classe dos comerciantes enquanto assalariados. Em suas palavras:

Por um lado, tal trabalhador comercial é um assalariado como qualquer outro. Em primeiro lugar, porque o trabalho é comprado não pelo dinheiro gasto como renda, mas pelo capital variável do comerciante e, por conseguinte, não para a obtenção de um serviço privado, mas com a

³² Ibidem, p. 204-5; grifos meus.

³³ Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*, Livro III: *O processo global da produção capitalista* (São Paulo, Boitempo, 2017).

finalidade da autovalorização do capital ali adiantado. Em segundo lugar, porque o valor de sua força de trabalho – e, portanto, seu salário – está determinado, como no caso de todos os demais assalariados, pelos custos de produção e reprodução de sua força de trabalho específica, e não pelo produto de seu trabalho.³⁴

E acrescenta:

Porém, entre ele e os trabalhadores diretamente empregados pelo capital industrial tem de existir a mesma diferença que há entre o capital industrial e o comerciante. Como o comerciante, na qualidade de mero agente da circulação, não produz valor nem mais-valor [...], também é impossível que os trabalhadores de comércio que ele emprega nas mesmas funções possam criar diretamente mais-valor para ele.³⁵

Assim, se é claro para Marx que o trabalho produtivo não se conforma no âmbito do comércio, o mesmo não se pode dizer em relação a *um setor particular da indústria de serviços*, a indústria de transporte. Isso porque a sua análise foi capaz de compreender precocemente, ainda em meados do século XIX, que esse ramo era por si mesmo capaz de criar mais-valor. Hoje, um século e meio depois, com as profundas mutações vivenciadas pelo capitalismo da era digital-informacional e com a expressiva expansão dos serviços e sua mercadorização, torna-se premente oferecer um efetivo entendimento de qual é o papel dos serviços na acumulação de capital, como se realiza o *processo de produção dentro desse setor*, bem como qual é a real participação desses trabalhadores e dessas trabalhadoras no processo de valorização do capital e de criação (ou não) de mais-valor.

A principal hipótese, que vem sendo desenvolvida ao longo de nossa pesquisa e que se constitui no principal *fio condutor* deste livro, é que estamos presenciando o advento de novas formas de extração do mais-valor também nas esferas da produção não material ou imaterial, espaço por excelência dos serviços que foram privatizados durante a longa fase de vigência do neoliberalismo. Lembremos que a principal transformação da empresa flexível e mesmo do toyotismo não foi a *conversão da ciência em principal força produtiva*³⁶, mas sim a imbricação progressiva entre *trabalho e ciência, imaterialidade e materialidade, trabalho produtivo e improdutivo*³⁷.

³⁴ Ibidem, p. 334.

³⁵ Idem; ver especialmente o capítulo 17 (“O lucro comercial”).

³⁶ Jürgen Habermas, *Técnica e ciência como “ideologia”* (São Paulo, Abril, 1975), e “The New Obscurity”, cit.

³⁷ Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho*, cit., e *Adeus ao trabalho?*, cit.

No universo da produção, onde há presença do trabalho imaterial, a exemplo de diversas atividades caracterizadas como de serviços, por exemplo nas TICs, nos call-centers etc., pode-se afirmar que o trabalho com traços ou coágulos de imaterialidade gere valor, tornando-se por isso também produtivo? É do que trataremos no item seguinte.

O trabalho imaterial pode ser produtivo?

Para responder a essa questão, por si mesma bastante complexa, é preciso desde logo apresentar duas formulações centrais em nosso argumento. A primeira delas remete à conceitualização do que é *produtivo e improdutivo* para Marx. A segunda se refere à sua formulação acerca da materialidade ou imaterialidade da produção e do trabalho.

Vamos, então, esclarecer como concebemos a síntese marxiana de trabalho produtivo e improdutivo. Resumiremos nos pontos a seguir o que entendemos como central da formulação marxiana acerca do *trabalho produtivo*³⁸. Trata-se daquele trabalho que:

- 1) *Cria mais-valor*. Se, no *Capítulo VI (inédito)*, Marx o define como aquele que cria *diretamente* mais-valor, em *O capital* ele suprime essa qualificação. Em nosso entendimento, isso ocorre porque o acréscimo da palavra *diretamente* é por demais restritivo, numa produção que é coletiva.
- 2) É pago por *capital-dinheiro*, e não por *renda*. Esta segunda forma de pagamento – por renda – é a que caracteriza, sempre de acordo com Marx, o pagamento pelo trabalho *improdutivo*, que cria valor de uso, e não valor de troca.
- 3) Resulta do *trabalho coletivo, social e complexo*, e não mais individual. É por isso que o autor afirma, no *Capítulo VI (inédito)*, que *não é o operário individual que se converte no agente real do processo de trabalho no seu conjunto, mas sim uma capacidade de trabalho socialmente combinada*.
- 4) Valoriza o capital, não importando se o resultado de seu produto é material ou imaterial.
- 5) Mesmo quando realiza uma mesma atividade, somente poderá ser definido como produtivo ou improdutivo em sua efetividade concreta, isto é, dependendo de sua *relação social*, da *forma social* como se insere na *criação e valorização do capital*. É por isso que, para Marx, trabalhos idênticos quanto à sua natureza podem ser

³⁸ Tomaremos aqui, particularmente, as indicações de Marx presentes em *O capital*, Livro I, cit., bem como em *O capital: livro I – Capítulo VI (inédito)* (São Paulo, Ciências Humanas, 1978).

produtivos ou improdutivo, dependendo de sua efetiva participação no processo de valorização do capital.

6) Tende a ser assalariado – embora nem todo trabalho assalariado seja produtivo.

Na contrapartida, o trabalho é *improdutivo* quando cria bens úteis, valores de uso, e não está voltado diretamente para a produção de valores de troca, ainda que seja necessário para que esta se realize. São aqueles trabalhos consumidos como valor de uso, e não como valor de troca. É por isso que o capital suprime todo trabalho improdutivo desnecessário, operando inclusive a fusão entre atividades produtivas e improdutivas, que passam a ser frequentemente realizadas pelos mesmos trabalhadores e trabalhadoras.

Vamos agora ao segundo ponto. Devemos a Marx a distinção entre *produção material* e *produção não material* ou *imaterial*³⁹, como aparece, por exemplo, no capítulo 14 do Livro I de *O capital* e também no seminal *Capítulo VI (inédito)*. Depois de definir o que é *trabalho produtivo para o capital*, Marx afirma:

Para trabalhar produtivamente, já não é mais necessário fazê-lo com suas próprias mãos; basta, agora, ser um órgão do trabalhador coletivo, executar qualquer uma de suas subfunções. A definição original do trabalho produtivo [...], derivada da própria natureza da produção material, continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em seu conjunto. Mas já não é válida para cada um de seus membros, tomados isoladamente.⁴⁰

E acrescenta:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, *mas essencialmente produção de mais-valor* [...]. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à *autovalorização do capital*. Se nos for permitido escolher um exemplo *fora da esfera da produção material*, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar com a cabeça das crianças, mas exige de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo

de meio direto de valorização do capital. *Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar.*⁴¹

Portanto, o *primeiro elemento* que queremos destacar é que Marx percebe de modo precoce uma tendência que hoje está sendo exponencialmente desenvolvida pelo capitalismo, caracterizada pela ampliação das atividades produtivas imateriais. Mas acrescenta também que a produção *material*, que decorre do *labor e do fazer social e coletivo em interação com o maquinário informacional-digital*, constitui-se como a forma prevalente da produção no capitalismo.

De nossa parte, acrescentamos que a propalada ficção que defende a predominância da produção *imaterial (portanto desprovida de materialidade) no capitalismo de nosso tempo é uma criação eurocêntrica (ou do Norte) que não encontra base ontológica real, quando se toma a totalidade da produção global*, incluindo China, Coreia do Sul, Índia e tantos outros países asiáticos, assim como Brasil e México na América Latina, Rússia e países do Leste Europeu, ou ainda África do Sul, no continente africano⁴².

Nossa hipótese, então, é que estamos presenciando em escala global o crescimento de novas formas de realização da lei do valor, configurando mecanismos complexos de extração do mais-valor, *tanto nas esferas da produção material quanto nas das atividades imateriais*, estas também crescentemente constitutivas das cadeias globais de produção de valor. E, mais, mesmo não sendo o elemento *dominante*, é necessário reconhecer que o *trabalho imaterial* vem assumindo papel de relevo na conformação do valor, não só por ser *parte* da articulação relacional entre distintas modalidades de *trabalho vivo* em interação com *trabalho morto* como também por ser *partícipe* do processo de valorização, ao reduzir o *tempo de circulação do capital* e, por consequência, também seu *tempo total de rotação*.

Visto que o setor de serviços está cada vez mais totalizado e controlado pela lógica do capital e de seu processo de *mercadorização* ou *comoditização*, ele também se torna gradualmente mais *partícipe* das cadeias produtivas de valor, legando cada vez mais ao passado sua forma *improdutiva* para se converter em parte integrante do processo de geração (*produtiva*) de valor. As crescentes intersecções entre a indústria, a agricultura e os serviços, como na agroindústria, na indústria de serviços e nos serviços industriais, são emblemáticas do que estamos indicando. A introdução do trabalho on-line, que cresce intensamente desde os primórdios da reestruturação produtiva na década de 1970, com o seu instrumental

³⁹ Que trataremos sempre como sinônimos.

⁴⁰ Karl Marx, *O capital*, Livro I, cit., p. 577; grifos meus.

⁴¹ *Ibidem*, p. 578; grifos meus.

⁴² Ricardo Antunes, *Adeus ao trabalho?*, cit.

tecnológico-informacional-digital, fez deslanchar essa processualidade, que se tornou incessante, convertendo a *reestruturação produtiva em um processo permanente*, da qual a denominada indústria 4.0 é a mais nova etapa.

É nessa direção que se desenvolve a importante reflexão realizada pela socióloga do trabalho Ursula Huws. Ao discorrer sobre o trabalho digital, ela afirma que este não pode ser considerado de modo isolado do conjunto da economia. “Sociedade baseada no conhecimento” e “trabalho imaterial” são, antes de tudo, expressões da complexificação atingida pela divisão do trabalho, em que coexistem tanto as atividades intelectuais como as manuais, tanto as de criação como aquelas mais rotineiras⁴³.

Ao tratar das conexões existentes entre trabalho digital e teoria do valor, a autora acrescenta que a generalização dos computadores e das TICs nos mais diversos ramos da economia demonstra que o trabalho digital se expande celeremente em atividades rurais, fábricas, escritórios, lojas, casas, condução de veículos etc., sendo cada vez menos expressivos os setores da economia que se desenvolvem sem utilizá-lo. Assim, as atividades on-line avançam, inserindo-se crescentemente nas complexas cadeias produtivas globais. Aprender esse movimento, diz Huws, desde as origens até a finalização das mercadorias, é um bom caminho para um melhor entendimento do papel desempenhado pelas atividades digitais no processo de geração do valor. Essa tarefa, embora não seja simples, é realizável⁴⁴.

Encontra-se aqui, então, a chave para compreender melhor a participação do trabalho digital nas cadeias produtivas, já que ele está inserido de “vários modos nos processos de produção”, por meio das ferramentas de comando digital, do uso de softwares etc., cada vez mais presentes nos processos produtivos⁴⁵.

A autora agrega elementos importantes quando trata da ampla gama de atividades denominadas “serviços”. Pode ser útil distinguir aquelas que interferem mais diretamente na produção (ainda que sua percepção nem sempre seja fácil), a exemplo das atividades de limpeza das fábricas ou das de manutenção do seu maquinário, daquelas voltadas para a gestão da força de trabalho, como as responsáveis pelo processamento das folhas de pagamento e pela contratação e treinamento dos assalariados. Cita também aquelas que dizem respeito à gestão administrativa e financeira das empresas ou a atividades de compra, venda, marketing e distribuição das mercadorias.

⁴³ Ursula Huws, *Labor in the Global Digital Economy*, cit., p. 157.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 164-5.

⁴⁵ *Idem*.

Acrescenta a autora que todas essas categorias se utilizam cada vez mais das TICs e dos trabalhos on-line⁴⁶.

Por certo, a expansão dessa miríade de trabalhos on-line, digitalizados, pode tornar mais difícil a percepção das relações existentes entre tais atividades e as mercadorias com as quais esses trabalhos se inserem e se conectam. Mas a autora apresenta uma nuance que pode ser importante: quando elas são realizadas por assalariados trabalhando em empresas que geram lucro, então esses são mais facilmente inseridos em atividades que produzem “diretamente mais-valor para o capital”, constituindo-se naqueles trabalhos que ela designa como “dentro do nó”, isto é, que estão no núcleo das atividades geradoras de valor⁴⁷.

De nossa parte, parece importante, entretanto, enfatizar um elemento de diferenciação conceitual: realização de lucro não é o mesmo que criação de mais-valor, como, aliás, vimos na distinção apresentada por Marx entre a indústria de transporte e o comércio, a primeira permitindo a geração de valor e o segundo possibilitando exclusivamente a realização de lucro. Mas é preciso também indicar que o capitalismo de nosso século é muito diferenciado em relação àquele que vigorou no século XIX.

Na esteira das indicações anteriores, Huws afirma que o amplo conjunto de atividades, como

marketing, gestão da logística, distribuição, transportes, atendimento ao consumidor, vendas no varejo e atacado (seja on-line ou off-line) e entrega de produtos, em suma, a totalidade da cadeia de suprimentos, da entrada da fábrica (ou do local onde se desenvolve o software) até o consumidor, deve ser entendida como trabalho produtivo.⁴⁸

Avançando nas indagações e nas respostas, à procura de compreender as novas dimensões da teoria do valor hoje, a autora acrescenta: o que ocorre quando o trabalho não remunerado dos consumidores, ao realizar atividades de compra, substitui os antigos assalariados produtivos? Por exemplo, quando os consumidores fazem a compra de seus bilhetes de viagem diretamente no site das empresas, digitando seus próprios dados, ou quando os compram via operadores assalariados de teleatendimento? A resposta de Huws é apresentada. Neste último exemplo, o trabalho pode ser tranquilamente considerado produtivo. Mas, indo além dessa primeira resposta – que considera menos polêmica –, a autora acrescenta que *também no outro exemplo citado deve-se considerar tal atividade como produ-*

⁴⁶ *Ibidem*, p. 165.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 166-7.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 167.

tiva. Mas conclui com uma diferenciação que nos parece importante: apenas as atividades realizadas por trabalhadores remunerados encontram-se “dentro do nó”, uma vez que a relação com o processo de valorização é mais direta⁴⁹.

Há ainda ao menos mais um ponto importante e que traz uma nitida confluência entre nossos estudos do trabalho e sua nova morfologia e aqueles que vêm sendo realizados por Huws. Suas pesquisas confirmam que vem ocorrendo uma significativa expansão de trabalho não manual, mas que, entretanto, este ainda se mantém como minoritário, quando se considera a totalidade do trabalho. Acrescenta que a ênfase dada pelos que ressaltam a expansão do trabalho “aparentemente desmaterializado, vinculado às tecnologias da informação e comunicação (TICs)”, tem por vezes permitido que se oblitere a realidade, uma vez que não se destaca (ou não se considera com o peso que merece) que as chamadas atividades “virtuais” são dependentes e têm conexões fortes com o mundo da materialidade. Elas não poderiam existir sem a existência de infindáveis mercadorias produzidas em áreas e espaços com menor visibilidade, como nas minas da África ou da América Latina, nas *sweatshops* da China ou em outros países localizados no Sul do mundo⁵⁰.

Sua conclusão é relevante, apreende o trabalho em sua globalidade sem herdar nenhum traço eurocêntrico, tão frequente nos estudos do tema. Sem a produção de energia, de cabos, de computadores, de celulares e de uma infinidade de produtos materiais, sem o fornecimento das matérias-primas para a produção das mercadorias, sem o lançamento de satélites ao espaço para carregar seus sinais, sem a construção de edifícios onde tudo isso é produzido e vendido, sem a produção e a condução de veículos que viabilizem sua distribuição, sem toda essa infraestrutura material, a internet

⁴⁹ Idem. Além das qualificadas formulações de Ursula Huws aqui e em *The Making of a Cyberariat: Virtual Work in a Real World* (Londres, Merlin, 2003), que conferem validade à teoria do valor na era do trabalho digital, o debate e a polêmica têm sido amplos e intensos. Há, mais recentemente, uma gama de novos estudos sobre o tema. Destacamos, por exemplo, a pesquisa de Nick Dyer-Witheford, *Cyber-Proletariat: Global Labour in the Digital Vortex* (Londres, Pluto, 2015), que apresenta novos elementos para uma melhor compreensão dos significados do ciberproletariado; Eran Fisher e Christian Fuchs (orgs.), em *Reconsidering Value and Labour in the Digital Age* (Hampshire, Palgrave Macmillan, 2015), ampla coletânea contemplando diversos autores, com perspectivas também diferenciadas, esboçam uma crítica da economia política da internet e do trabalho digital a partir da teoria do valor-trabalho de Marx. Entre nós, remeto o debate também a César Bolaño, *Indústria cultural, informação e capitalismo* (São Paulo, Hucitec, 2000); Eleutério Prado, *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria* (São Paulo, Expressão Popular, 2005); e aos textos nos quais pude desenvolvê-lo mais amplamente, *Os sentidos do trabalho*, cit., e *Adeus ao trabalho?*, cit.

⁵⁰ Ursula Huws, *Labor in the Global Digital Economy*, cit., p. 157.

não poderia ser sequer conectada. Por conta desse elemento vital, acrescenta a autora, são ainda poucos os trabalhos que não demandam alguma forma de atividade física, mesmo que seja apenas a de utilizar um teclado⁵¹.

Portanto, quando a tematização acerca do mundo do trabalho é feita de modo abrangente e totalizante, contemplando não só o Norte, mas em especial o Sul, com um volume muito maior de trabalhadores e trabalhadoras, aflora mais intensamente a fragilidade empírica e analítica da tese do fim do trabalho, bem como a da consequente perda de validade da teoria do valor.

Aqui vale indicar que uma variante crítica procurou dar novo fôlego às teses do fim da teoria do valor, recorrendo ao argumento da sua intangibilidade, visto que na sociedade atual, de feição “pós-industrial”, tornar-se-ia impossível quantificar e contabilizar a medição do valor⁵². O argumento principal dessa proposição é o de que, no trabalho, em particular nos serviços considerados imateriais, sua intangibilidade acabaria por impedir a mensuração do valor, tornando impraticável a vigência do valor-trabalho e, por consequência, a criação do mais-valor⁵³.

Mas o capitalismo contemporâneo parece ter jogado por terra essa possibilidade, uma vez que o valor é cada vez mais resultante de trabalho social e coletivo, complexo e combinado, predominantemente material, mas crescente em seus traços de imaterialidade, ambos presentes nas novas cadeias produtivas globais, cada vez mais imbricados e interrelacionados. Assim, é preciso enfatizar que o trabalho imaterial se tornou também parte integrante e vital da forma-mercadoria, em vez de ser excluído do complexo processo de criação do valor que encontra vigência no capitalismo financeiro, informacional e digital de nosso tempo⁵⁴. Sua mensuração deixou de ser, há muito tempo, individualizada, sendo uma média social, uma vez que o valor é resultante do trabalho social, coletivo, complexo e combinado.

Pode ser elucidativo o exemplo seguinte: um iPhone X, produzido pela Foxconn na China, utilizando-se de uma intensa exploração do

⁵¹ Ibidem, p. 157-8.

⁵² Ver, por exemplo, a formulação de André Gorz, *O imaterial*, cit.

⁵³ Tanto no próximo capítulo quanto em outras partes deste livro, faremos uma crítica mais detalhada dessa concepção.

⁵⁴ André Tosel, “Centralité et non-centralité du travail ou la passion des hommes superflus”, em Jacques Bidet e Jacques Texier, *La crise du travail: actuel Marx confrontation* (Paris, Presses Universitaires de France, 1995); Jean-Marie Vincent, “Les automatismes sociaux et le ‘général intellect’”, *Futur Antérieur*, Paris, n. 16, 1993, p. 121-30, e “Flexibilité du travail et plasticité humaine”, em Jacques Bidet e Jacques Texier, *La crise du travail*, cit.; Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho*, cit., e *Adeus ao trabalho?*, cit.

trabalho, inclusive de trabalho ilegal de estudantes (como foi denunciado até mesmo pelo *Financial Times*, em 21 e 22 de novembro de 2017⁵⁵), e que foi concebido pela Apple, nos Estados Unidos, com seu design, seus softwares etc., não será capaz de mensurar a taxa média de mais-valor que a levou a montar sua estrutura de produção na China? Por que será que a Apple não fabrica seus smartphones na Califórnia? Se o mais-valor fosse *imensurável* e *intangível*, essa resposta seria um enigma.

Mas há um segundo ponto crítico, que diz respeito às denominadas “sociedades pós-industriais”. Como indicamos anteriormente, em nossa interpretação do Livro II de *O capital*, de Marx, a produção capitalista não se resume à produção industrial *stricto sensu* (basta pensar na agricultura capitalista) e o *capital industrial transcende a produção estritamente material*, como vimos em sua caracterização da *indústria de transporte* (e de outros ramos, como *armazenamento e estocagem, telégrafos e comunicações, gás* etc.).

A chave analítica aqui, já o indicamos repetidamente, está na efetiva intelecção de como se desenvolve o *processo de produção dentro do processo de circulação e das atividades que incorporam os trabalhos imateriais*, como nas escolas e universidades privadas, nos call-centers, na indústria de software e nas TICs, nas atividades de serviços como Uber, Cabify e assemelhados, no transporte de mercadorias realizado pelos motoboys, entre tantos outros. É preciso, pois, investigar, empírica e analiticamente, como se desenvolve o “processo de produção” dentro desses ramos e setores que se expandem com o trabalho digital e informacional, quais são as suas condições de trabalho e suas efetivas relações com o processo de valorização do capital.

Outro exemplo emblemático da ampliação da lei do valor nas esferas anteriormente consideradas *improdutivas* se evidencia por meio da *tendência global de expansão da terceirização em todos os ramos da produção e, em particular, nos serviços*. Em nossa formulação, a *terceirização se tornou outro mecanismo vital do capitalismo para intensificar a exploração do mais-valor*, ampliando o espaço de incidência do valor tanto na *indústria* como na *agricultura* e, sobretudo nas últimas décadas, nos *serviços* (e em suas múltiplas inter-relações, anteriormente indicadas, como *agroindústria* e *indústria de serviços*). Esse complexo mecanismo opera no sentido de aumentar de modo significativo a massa de mais-valor extraída nesses setores e ramos, desprezados no passado pelo capitalismo.

⁵⁵ Ver Yuan Yang, “Apple’s iPhone X assembled by illegal student labour”, *Financial Times*, 21 nov. 2017; disponível em: <<https://www.ft.com/content/7cb56786-cda1-11e7-b781-794ce08b24dc>>; acesso em 11 abr. 2018.

Desse modo, além de a terceirização ampliar espetacularmente a extração de mais-valor nos espaços privados, dentro e fora das empresas *contratantes*, ela também inseriu abertamente a geração de mais-valor no interior do serviço público, por meio do enorme processo que introduziu práticas privadas (as empresas terceirizadas e seus assalariados terceirizados) no interior de atividades cuja finalidade original era produzir *valores socialmente úteis*, como saúde, educação, previdência etc.

A terceirização acelerada dentro da atividade estatal, nos mais distintos setores (limpeza, transporte, segurança, alimentação, pesquisa, entre outros), incidindo tanto nas atividades administrativas como, por exemplo, na área da saúde, com médicos e enfermeiros terceirizados atuando em hospitais públicos, dentre tantas outras atividades terceirizadas que se expandem em ritmo intenso no espaço público, começa a corroer por dentro a *res publica*, uma vez que as empresas de terceirização passam a extrair mais-valor de seus trabalhadores terceirizados que substituem os assalariados públicos.

Não é difícil concluir que os desdobramentos *sociais e políticos* de todos os elementos que oferecemos até aqui são enormes e assumem grande relevância para o conjunto do mundo do trabalho e, em particular, para a classe trabalhadora. Podemos resumir-los na seguinte indagação: os trabalhadores e as trabalhadoras de serviços são, em última instância, partes da *classe média emergente* ou expressão do *novo proletariado de serviços*, da classe trabalhadora em sua *nova morfologia*, do que denominei classe-que-vive-do-trabalho?

É disso que trataremos no próximo item.

Classe média ou novo proletariado de serviços?

Partimos da hipótese de que os trabalhadores e as trabalhadoras em serviços (como call-centers, telemarketing, indústria de softwares e TICs, hotelaria, shopping centers, hipermercados, redes de fast-food, grande comércio, entre tantos outros) encontram-se cada vez mais *distanciados* daquelas modalidades de trabalho intelectual que particularizam as classes médias e, dada a tendência de assalariamento, proletarianização e mercadorização, *aproximam-se* daquilo que denominamos *novo proletariado de serviços*.

Sabemos que a noção marxista de classe média remete a um tema bastante complexo, que transcende a esfera da materialidade, uma vez que, para compreender as classes sociais, é necessário apreender uma complexa dimensão relacional entre o mundo da objetividade e o da subjetividade, o que se opõe à unilateralização que, com frequência, ocorre quando se discute o tema das classes sociais.

Nessa direção, começamos indicando que as classes médias (melhor falar no plural) configuram um conceito amplo: são, desde logo,

compostas pelos que exercem trabalho predominantemente intelectual (não manual), o que essencialmente as distingue da classe operária. E, mais, as classes médias buscam uma clara diferenciação em relação à classe operária também na esfera do consumo, em seu ideário, nos seus valores simbólicos. Em relação às classes burguesas, o imaginário das classes médias frequentemente transita na esfera dos valores da classe dominante. Mas, por serem destituídas dos meios materiais e simbólicos da dominação e da riqueza, vivenciam um cenário em que a oscilação e a incerteza são mais frequentes do que a estabilidade e a ascensão.

Assim, o conceito de classes médias não pode ser determinado nem centralmente nem de modo exclusivo pela renda percebida, quando a análise é de inspiração ontológica. As clivagens que as atingem e as particularizam são muito mais profundas. Se as classes médias mais *tradicionais* devem ser definidas pelo papel que ocupam no processo de trabalho, predominantemente intelectual e não manual (de que são exemplos os funcionários públicos, médicos, advogados, profissionais liberais etc.), nos últimos tempos temos presenciado uma expansão significativa de setores médios que, em seu processo de assalariamento, pelas formas de realização e vínculos que passam a assumir com o trabalho que desenvolvem, sofrem uma crescente proletarização, a exemplo dos trabalhadores de escritório, bancários, professores, assalariados do comércio, trabalhadores em supermercados, fast-foods, call-centers, TICs (ao menos em seus estratos médios e inferiores), confirmando e aprofundando a formulação pioneira de Braverman⁵⁶.

As classes médias, além de suas diferenciações e oscilações estruturais típicas, definem-se de forma significativa pelos valores *culturais, simbólicos, de consumo*⁵⁷. Os seus segmentos mais altos se distinguem da classe média baixa e se aproximam, ao menos no plano valorativo, das classes proprietárias. Mas, ao contrário, em seus estratos mais baixos, os assalariados de classe média tendem, no plano da objetividade, a se aproximar mais da classe trabalhadora, ainda que sua aspiração possa se dirigir para o topo da pirâmide social. É por isso que a consciência das classes médias aparece frequentemente como *consciência de uma não classe*, ora mais próxima das classes proprietárias, como ocorre em seus segmentos mais altos, como os gestores (de médio e alto escalão), administradores, engenheiros, médicos, advogados etc., ora mais próxima dos valores, ideários e práticas da classe trabalhadora, quando tomamos os seus segmentos mais proletarizados.

⁵⁶ Harry Braverman, *Trabalho e capital monopolista* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977).

⁵⁷ Pierre Bourdieu, *A distinção: crítica social do julgamento* (São Paulo, Edusp, 2007).

Assim, dada a conformação heterogênea e compósita das classes médias, em sua objetividade e subjetividade, assim como em suas intrincadas dimensões relacionais, uma efetiva intelecção de seu *ser*, de sua *condição de classe*, só pode ser apreendida em sua especificidade, nos laços e relações que as conectam com os processos sociais.

No passado, por exemplo, quando as “profissões liberais” eram mais individualizadas, a exemplo dos médicos e advogados tradicionais, predominava uma dimensão de trabalho mais intelectual e não manual.

No presente, com a enorme expansão do capitalismo financeirizado, amplos setores das classes médias vivenciam um intenso processo de proletarização, como os trabalhadores de serviços que, uma vez “mercadorizados”, se tornam, como vimos, cada vez mais participantes (direta ou indiretamente) do processo amplo de valorização do capital. Assim, a partir do monumental crescimento dos novos assalariados de serviços (como os de call-center, telemarketing, hipermercados, fast-food, hotéis, restaurantes, os assalariados do comércio e de escritório), a tese que aparece como fio condutor deste livro é a de que estamos presenciando a *constituição* e a *expansão* de um *novo proletariado de serviços*. Esse, por sua vez, passa a ter cada vez mais um papel de destaque na formação da *classe trabalhadora ampliada que se expande em escala global e que tem sido responsável pela deflagração de várias lutas sociais, manifestações e greves*.

Para melhor compreender a complexificação da sociedade de classes de nosso tempo, em particular a classe trabalhadora, vamos tratar, neste capítulo, de mais um ponto também bastante relevante que pode ser assim indicado: esses novos contingentes assalariados, *especialmente os mais precarizados, que realizam trabalhos esporádicos e intermitentes, sem contratação regulamentada e formalizada*, e que por isso recebem menores salários, são parte da *classe trabalhadora ampliada* (como nossos estudos vêm sugerindo), integrantes, portanto, da *classe-que-vive-do-trabalho*⁵⁸? Ou constituem uma “nova classe”, a *classe do precariado*, conforme a sugestão de Standing⁵⁹? É dessa polêmica que trataremos a seguir.

Entre a precarização e o precariado: estamos diante da constituição de uma nova classe?

Desde 2008, com a eclosão da nova fase da *crise estrutural do capital*⁶⁰, assistimos à expansão significativa do processo de *precarização*

⁵⁸ Ricardo Antunes, *Adeus ao trabalho?*, cit., e *Os sentidos do trabalho*, cit.

⁵⁹ Guy Standing, *The Precariat: the New Dangerous Class* (Nova York, Bloomsbury, 2011).

⁶⁰ István Mészáros, *Para além do capital*, cit.; Robert Kurz, *O colapso da modernização*, cit.; François Chesnais, *A mundialização do capital*, cit.

estrutural do trabalho. Essa tendência se desenhava desde princípios da década de 1970, quando deslanchou o processo de reestruturação produtiva do capital em escala global. Um dos elementos mais expressivos desse processo pôde ser observado com o ingresso da China no mercado capitalista, acompanhado da inserção ou da ampliação da atividade industrial em vários países do mundo asiático.

O aumento da exploração do trabalho, que passou cada vez mais a se configurar de fato como *superexploração da força de trabalho*, além de aumentar o desemprego, ampliou enormemente a informalidade, a terceirização e a flexibilização da força de trabalho, processo esse que atinge não só os países do Sul, as periferias do sistema, mas também os países centrais⁶¹.

Nessa contextualidade, o cenário social se alterou sobremaneira: para não voltar muito no tempo, podemos recordar as explosões sociais na França, em fins de 2005, com a revolta dos imigrantes e trabalhadores pobres e a destruição de milhares de carros (símbolo da sociedade do século XX), ou ainda as manifestações de estudantes e trabalhadores em 2006, em Paris, contra o Contrato de Primeiro Emprego.

Depois, tivemos o agravamento da crise, na virada da década, na Grécia, onde ocorreram várias manifestações contrárias aos receituários do Banco Central europeu e do Fundo Monetário Internacional (FMI). A explosão das revoltas no mundo árabe, começando pela Tunísia, ampliou e deu uma dimensão ainda mais forte às rebeliões. Estávamos adentrando em uma era de rebeliões, que, entretanto, não se converteu em uma era de revoluções.

Em Portugal, essas lutas se tornaram emblemáticas. Em março de 2011, explodiu o descontentamento da “geração à rasca”. Milhares de manifestantes, jovens e imigrantes, homens e mulheres, precarizados e precarizadas, desempregados e desempregadas, expressaram sua revolta⁶² (somando-se ao descontentamento e à luta dos trabalhadores e trabalhadoras organizados sindicalmente, mais tradicionais e que vinham efetivando ações contrárias à perda crescente de direitos sociais). Expandia-se também no país a prática dos “recibos verdes”, documento assinado por trabalhadores e trabalhadoras “independentes”, desprovidos dos direitos trabalhistas presentes nas relações regulamentadas, em troca do pagamento em dinheiro⁶³.

Na Espanha, na mesma década, eclodiu o movimento dos jovens em luta contra as altíssimas taxas de desemprego e a completa ausência de perspectiva de vida. Estudando ou não, esses jovens se

⁶¹ Ricardo Antunes, *Adeus ao trabalho*, cit.

⁶² De que foi exemplo o movimento Precári@s Inflexíveis, que apresentou um contundente diagnóstico da tragédia social vivida em Portugal.

⁶³ Elísio Estanque, *Classe média e lutas sociais* (Campinas, Editora da Unicamp, 2015).

mantinham como sérios candidatos ao desemprego ou, na melhor das hipóteses, ao trabalho precário. A geração Ni-Ni, *ni estudia, ni trabaja* [nem estuda nem trabalha], indicou a dimensão da tragédia social que assolou a juventude espanhola, desencadeando o importante movimento Indignados.

Na Inglaterra, ocorreu um forte levante social que se iniciou depois que um trabalhador taxista negro foi assassinado pela polícia. Jovens pobres, negros, imigrantes, desempregados dos bairros de Tottenham e Brixton se revoltaram e, em poucos dias, os levantes atingiram Manchester, Liverpool, entre outras localidades. Tratou-se da primeira grande explosão social na Inglaterra (e em partes do Reino Unido) depois da revolta contra o *poll tax*, que selou o fim do governo Thatcher.

Nos Estados Unidos, floresceu o movimento de massas Occupy Wall Street, denunciando a hegemonia dos interesses do capital financeiro, com suas nefastas consequências sociais: o aumento do desemprego e do trabalho precarizado, que atingiu ainda mais duramente as condições de vida das mulheres, dos negros e dos imigrantes. O Occupy Wall Street possibilitou também uma retomada do debate sobre as classes sociais, o trabalho, o desemprego, a crise, a financeirização, temas que se encontravam fora da agenda política dos movimentos sociais tradicionais, mas que renasceram, fruto da amplitude e da importância assumidas pelas manifestações que se espalharam pelos Estados Unidos a partir de 2011.

Já nos referimos ao avanço dos novos movimentos de representação do precariado na Itália, dadas as dificuldades de representação pelo sindicalismo oficial e mais tradicional. Em Milão, eles floresceram com a eclosão conhecida como MayDay, em 2001, em luta pelos direitos, avançando para uma representação autônoma desse amplo e heterogêneo conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, jovens, imigrantes, qualificados e não qualificados, cujo trabalho é desregulamentado, predominantemente informal, e que se autodefinem como precariado (San Precario). Outro exemplo, que também já indicamos anteriormente, foi o do grupo coletivo Clash City Workers, representante da juventude precarizada que trabalha ou se encontra desempregada e que tem atividades em Nápoles e outras cidades do país⁶⁴.

No plano de uma ação mais sindical, recordamos também a criação da Confederazione Unitaria di Base (CUB), movimento sindical independente e autônomo e, anteriormente, dos Comitati di Base (Cobas), que se desenvolveram a partir da década de 1990, com inspiração classista e independente e, em tempos mais recentes, com a

⁶⁴ Cf. Clash City Workers, *Dove sono i nostri*, cit.

criação da Nuove Identità di Lavoro (NidiL), vinculada à Confedera-
zione Generale Italiana del Lavoro (CGIL).

Esses exemplos, dentre tantos outros, constituíram-se na base de um amplo debate, sobretudo nos países do Norte, acerca da emergência desse novo contingente da classe trabalhadora, com perfil claramente diferenciado em relação ao operariado europeu tradicional. Foi dentro desse debate que nasceu a polêmica proposta de Standing⁶⁵, que vislumbrou o advento de uma *nova classe* – o *precariado*.

Vamos, então, à luz da concepção ampla de classe trabalhadora, problematizar essa formulação. Segundo Standing, o precariado é uma classe distinta daquela que se conformou durante o capitalismo industrial. Seria uma *nova classe, diferenciada do proletariado herdeiro da era taylorista-fordista*. Sua configuração se aproximaria, então, de uma *nova classe* mais desorganizada, oscilante, ideologicamente difusa e, por isso, mais vulnerável, mais facilmente atraída por “políticas populistas”, suscetíveis de acolher inclusive apelos “neofascistas”.

Com esse desenho crítico – ainda que a descrição empírica de Standing seja ampla e com informações relevantes –, sua análise confere o *estatuto de classe* ao que de fato é uma *parcela do proletariado*, e a mais precarizada, geracionalmente jovem, que vive de trabalhos com maior grau de informalidade, muitas vezes realizando atividades parciais, por tempo determinado ou intermitente. A resultante desse equívoco analítico levou o autor, inclusive, a concebê-la como “uma classe perigosa”, “em-si” e “para-si” diferenciada da classe trabalhadora⁶⁶.

Nossa formulação crítica, pelo que já indicamos neste capítulo, caminha em direção oposta às formulações que visualizam o precariado como uma nova classe. Entendemos, ao tratar da realidade presente em alguns países de capitalismo avançado, que a classe-que-vive-do-trabalho, em sua *nova morfologia*, compreende distintos polos que são expressões visíveis da mesma *classe trabalhadora*, ainda que eles possam se apresentar de modo bastante diferenciado (diferenciação, aliás, que não é novidade na *história* da classe trabalhadora, sempre clivada por gênero, geração, etnia/raça, nacionalidade, migração, qualificação etc.)⁶⁷.

⁶⁵ Guy Standing, *The Precariat*, cit.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 25.

⁶⁷ Ver o conjunto de críticas e polêmicas, bem como as respostas de Guy Standing em “The Precariat, Class and Progressive Politics: a Response”, em Marcel Paret (org.), *Global Labour Journal: Special Issue: Politics of Precarity: Critical Engagements with Guy Standings*, v. 7, n. 2, maio 2016; disponível em: <<https://mulpress.mcmaster.ca/globaljournal/article/view/2940/2600>>; acesso em: 26 dez. 2017.

São, portanto, setores diferenciados da *mesma classe trabalhadora*, da classe-que-vive-do-trabalho em suas heterogeneidades, diferenciações e fragmentações. Nos países capitalistas avançados⁶⁸, os mais precarizados ou os jovens, que compõem o chamado precariado, nascem sob o signo da corrosão dos direitos e lutam de todos os modos para conquistá-los. Os setores tradicionais da classe trabalhadora, herdeiros do *welfare State* e do taylorismo-fordismo europeu, mais organizados e que conquistaram direitos ao longo de muitas e seculares lutas, debatem-se no presente para impedir um desmoronamento e uma corrosão ainda maiores de suas condições de trabalho. Lutam para não se precarizar ainda mais.

Exemplos verdadeiros de outra dialética, esses dois segmentos importantes da *mesma classe-que-vive-do-trabalho*, em sua *aparente contradição*, parecem ter seu futuro ligado de modo indelével: o jovem precariado, em suas lutas, aparentemente mais “desorganizado”, quer o fim da precarização completa que o avassala e sonha com um mundo melhor. Por sua vez, os trabalhadores mais tradicionais, mais organizados sindical e politicamente, herdeiros do *welfare State*, querem evitar uma *degradação ainda maior* e se recusam a converter-se nos novos precarizados do mundo. Como a lógica destrutiva do capital é *múltipla* em sua *aparência*, mas *una* em sua *essência*, se esses polos vitais do mundo do trabalho, que vivenciam situações tanto de *heterogeneidade* quanto de *homogeneização*, não forem capazes de se conectar de modo solidário e orgânico e de articular elementos de unificação em algumas de suas lutas, tenderão a sofrer uma precarização ainda maior. *Uberização*, *walmartização*, *intermitência*, *pejotização*, esse será o léxico dominante no mundo do trabalho se a resistência e a confrontação não forem capazes de obstar o vigoroso processo de precarização estrutural do trabalho.

Aqui é preciso fazer um breve parêntese: a precarização não é algo estático, mas um *modo de ser* intrínseco ao capitalismo, um *processo* que pode tanto se *ampliar* como se *reduzir*, dependendo diretamente da *capacidade de resistência, organização e confrontação da classe trabalhadora*. Trata-se de uma tendência que nasce, conforme Marx demonstrou em *O capital*, com a própria criação do trabalho assalariado no capitalismo. Como a classe trabalhadora vende sua força de trabalho e só recebe por parte de sua produção, o excedente que é produzido e apropriado pelo capital tende a se ampliar por meio de vários mecanismos intrínsecos à sua lógica.

⁶⁸ Para um amplo desenho histórico e global da classe trabalhadora, ver Marcel van der Linden, *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho* (Campinas, Editora da Unicamp, 2013).

Uma vez que os capitais buscam com frequência aumentar o mais-valor (tanto o relativo quanto o absoluto), a incessante ampliação da troca desigual entre o valor que o proletariado produz e o que ele recebe é uma tendência presente na própria lógica do capitalismo. Para tanto, são usados vários mecanismos, como a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada⁶⁹, a restrição e a limitação dos direitos, os novos métodos de organização sociotécnica do trabalho etc.

Assim, a precarização da classe trabalhadora é uma processualidade resultante também da luta entre as classes, da capacidade de resistência do proletariado, podendo, por isso, tanto se ampliar como se reduzir. Dessa forma, esse movimento ocorre tanto em função do aumento da exploração capitalista quanto das lutas da classe trabalhadora, em suas greves, lutas sindicais e embates contra o capital.

Foi por isso que tanto Marx quanto Engels demonstraram que se alternam incessantemente as formas de exploração do trabalho, fenômenos que se acentuam com a expansão da "superpopulação relativa", que faz com que os capitais se utilizem da força excedente de trabalho para intensificar ainda mais a ampliação dos níveis de exploração e a consequente precarização da classe trabalhadora.

No capitalismo atual, a *superpopulação relativa* (ou *exército industrial de reserva*), que Marx, no capítulo 23 do Livro I de *O capital*, indicou como sendo constituída por três formas – a *latente*, a *estagnada* e a *flutuante* –, adquire novas dimensões e configurações. Fenômeno, aliás, que o autor indicou, nos contornos e limites de seu tempo histórico, quando, ao definir o contingente *flutuante*, lembrou que "uma parte dela [da superpopulação flutuante, ou seja, dos dispensados pela indústria] emigra e, na realidade, não faz mais do que seguir os passos do capital emigrante"⁷⁰.

Hoje, dados o crescimento e a circulação da força de trabalho imigrante, que se intensificam exponencialmente em dimensões globais, aumenta ainda a *superpopulação relativa* e, por consequência, o *exército de força sobrando global de trabalho*. Nessa contextualidade, ampliam-se ainda mais os mecanismos de exploração, intensificação e precarização da classe trabalhadora, uma vez que a destruição dos direitos sociais conquistados passa a ser uma imposição do sistema global do capital em sua fase de hegemonia financeira.

Com isso se acentua a heterogeneidade no interior da própria classe trabalhadora, cuja diferenciação entre ramos e setores ganha novos componentes étnico-raciais, dados pelos migrantes globais que

⁶⁹ Ver o excelente estudo de Pietro Basso, *Modern Times, Ancient Hours: Working Lives in the Twenty-First Century* (Londres, Verso, 2003).

⁷⁰ *O capital*, Livro I, cit., p. 716.

buscam trabalho e sobrevivência em todos os espaços presentes na (nova?) divisão internacional do trabalho.

Se Engels já demonstrou, em seu excelente *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*⁷¹, que o operariado britânico era bastante heterogêneo e diferenciado, essas clivagens se acentuam quando se percebe a taxa diferencial de exploração praticada entre centro e periferia.

Feito esse parêntese, retomemos a questão que estávamos tratando, a respeito da necessidade de buscar uma luta unificada entre os distintos segmentos que compõem a classe trabalhadora. Um desafio se torna central: os setores heterogêneos que compreendem a *totalidade* da classe estão compelidos a construir laços de solidariedade e sentido de pertencimento de classe, de consciência de seu *novo modo de ser*, conjugando suas lutas cotidianas com seus projetos sociais.

Somente através de fortes ações coletivas é que serão capazes de se contrapor ao sistema de metabolismo social do capital, profundamente adverso ao trabalho, aos seus direitos e às suas conquistas. O maior desafio no momento é impedir que as fraturas *objetivas* obliterem as possibilidades de ação *subjéctiva*, dificultando ou até mesmo impedindo sua ação enquanto classe trabalhadora em sua totalidade. Isso porque a contradição central de nosso tempo perpassa a separação que há entre a *totalidade do trabalho social* e a *totalidade do capital global*.

Aqui o papel do *novo proletariado de serviços* é emblemático. Sua aglutinação como parte constitutiva e crescente da classe trabalhadora ampliada, como parte integrante de suas lutas, de seus embates e resistências, tem (e terá cada vez mais) repercussões de grande importância nas lutas do *conjunto da classe trabalhadora*, do proletariado em geral, em todos os seus segmentos, contra a lógica destrutiva que preside o sistema de metabolismo social do capital⁷² na era da financeirização.

Por fim, dada a conformação *desigual e combinada* da *divisão internacional do trabalho*, é preciso fazer algumas mediações quando se trata de tematizar o precariado. A primeira delas é dada pelas clivagens existentes entre Norte e Sul. Nas periferias, o proletariado nasceu eivado da condição de precariedade. Bastaria dizer que o proletariado no Brasil – e em vários outros países que vivenciaram o escravismo colonial – efetivamente floresceu a partir da abolição do trabalho escravo, herdando a chaga de um dos mais longevos períodos de escravidão, *de modo que sua precarização não é a exceção, mas um traço constante de sua particularidade desde a origem*.

Como no Sul não se desenvolveu nenhum tipo persistente de *aristocracia operária*, nosso proletariado sempre se confundiu com a

⁷¹ Ed. bras.: São Paulo, Boitempo, 2008.

⁷² István Mészáros, *Para além do capital*, cit.

condição de precariedade, que é traço marcante de sua ontogênese. As suas diferenças internas nunca foram muito grandes, como aquelas existentes onde vicejou a aristocracia operária e, posteriormente, o *welfare State*, pois entre nós nunca houve uma sólida elite operária. Ainda que estivessem sempre presentes essas clivagens e diferenciações, como, aliás, em toda a história da classe trabalhadora, elas nunca criaram um fosso tão fundo entre seus diferentes polos.

Já nos países do Norte, onde nasceu, na gênese do movimento operário, uma forte aristocracia operária e, posteriormente, se desenvolveu um sólido proletariado herdeiro do taylorismo, do fordismo e do *welfare State*, o advento recente do precariado acentuou enormemente um traço forte de diferenciação que existia, por exemplo, entre o proletariado tradicional do *welfare State* e os bolsões de imigrantes que se encontravam na base da classe trabalhadora, ainda que em dimensão e tamanho muito menores do que os atuais.

É por isso que, em nosso entendimento, essas diferenciações não encontram simetria com o proletariado do Sul. A crise estrutural, o desemprego e o subemprego, os novos fluxos migratórios, tudo isso ganhou novas significações, ampliando enormemente as clivagens dentro da classe trabalhadora dos países capitalistas centrais. No Sul, as particularidades e singularidades da classe trabalhadora fazem com que suas clivagens (por certo existentes e relevantes) não tenham, entretanto, a intensidade do centro, de modo que falar em “uma nova classe” abaixo do proletariado é uma completa desproporção, assim como foi um equívoco empírico e analítico falar em aristocracia operária como um fenômeno duradouro nas periferias.

Desse modo, o *precariado* – se assim o quisermos chamar – deve ser compreendido como parte constitutiva do nosso proletariado desde sua origem, o seu polo mais precarizado, ainda que seja evidente, como já indicamos ao longo deste capítulo, que entre nós também venha se desenvolvendo com rapidez um novo contingente do proletariado, largamente vinculado aos serviços, com um traço geracional marcante (juventude) e cujas relações de trabalho estão mais próximas da informalidade, do trabalho por tempo determinado, dos terceirizados e intermitentes, modalidades que não param de se expandir.

Já nos países capitalistas centrais, especialmente os da Europa, o *precariado* é uma criação mais recente, ao menos em sua conformação atual, impulsionado pela crise estrutural do sistema capitalista, pelo advento do neoliberalismo e pelo comando do capital financeiro, que fizeram emergir um proletariado muito mais explorado em pleno coração do capitalismo. A *superexploração do trabalho*, então, deixou de ser um discreto charme da burguesia dependente e subordinada e adentrou o coração do *welfare State*.

Dos homens e mulheres jovens mais qualificados aos imigrantes pobres; dos imigrantes com qualificação às jovens nativas sem formação; das mulheres brancas às imigrantes negras, indígenas, amarelas, enfim, em um amplo espectro da população excedente de trabalhadores e trabalhadoras, que Marx denominou *superpopulação relativa* ou *exército de reserva*, podem-se encontrar, hoje, incrustados neles, cada vez mais contingentes que no centro do mundo são definidos (ou se definem) como *precariado*. Seja nos seus contingentes flutuantes, latentes ou estagnados, seja em outros que possam aparecer, a *precarização* se amplia de modo exponencial e cada vez com menos limites e crescente desregulamentação, ainda que essa expansão ocorra de modo desigual, quando se toma o mundo em sua globalidade.

Assim, se parece plausível e pertinente reconhecer empiricamente, no Norte, a emergência recente do *precariado* como sendo um dos polos mais precarizados da classe trabalhadora e muito diferenciado e distanciado do proletariado herdeiro do *welfare State*, no Sul, no espaço periférico, o que poderíamos chamar de *precariado* tem singularidades e particularidades muito distintas em relação àquele que floresceu no Norte. Como é límpido no caso brasileiro, ele não só não se constitui como uma nova classe, como também não é tão profundamente diferenciado em relação ao proletariado mais regulamentado, pois aqui nunca floresceu um padrão societal típico do *welfare State* – ainda que, no presente, esse novo contingente do proletariado esteja sendo redesenhado com novas configurações que se inserem no que venho denominando *nova morfologia do trabalho*⁷³.

Contrariamente, portanto, às teses que advogavam a perda de importância da classe trabalhadora, que estaria sendo substituída pela “sociedade de classe média”, ou ainda àquelas que vislumbram a criação de “novas classes” (para não falar daquelas que propugnaram o “fim” das classes sociais), estamos desafiados a compreender sua *nova polis-*

⁷³ No capítulo 7, trataremos da *nova morfologia do trabalho no Brasil* e esses elementos empíricos serão evidenciados. Sobre o debate em torno do precariado, vale lembrar que, além de um amplo debate na Europa, há também aquele que se desenvolve no Brasil. Ver, por exemplo: Ruy Braga, *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista* (São Paulo, Boitempo, 2012), e *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global* (São Paulo, Boitempo, 2017); e Giovanni Alves, *Condição de proletariedade: a precariedade do trabalho no capitalismo global* (Londrina, Praxis, 2009). Em relação à tematização acerca de classe trabalhadora no Brasil atual, ver os artigos de Marcelo Mattos Badaró, “A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico”, *Revista Outubro*, Rio de Janeiro, n. 21, 2013; disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edição-21-Artigo-03.pdf>>; acesso em: 26 dez. 2017; e de Graça Druck, “Trabalho, precarização e resistências”, *Caderno CRH (UFBA)*, Salvador, v. 24, 2011.

semia, sua *nova morfologia*, cujo elemento mais visível é o desenho multifacetado, que faz aflorar tantas transversalidades entre classe, geração, gênero, etnia etc. Clivagens que se desenvolvem em inter-relação com o mundo do trabalho, entre homens e mulheres; jovens e idosos; nacionais e imigrantes; brancos, negros e indígenas; qualificados e desqualificados; estáveis e precários; formalizados e informalizados; empregados e desempregados; dentre tantos outros exemplos.

Essa *nova morfologia* compreende não só o operariado herdeiro da era taylorista e fordista, em relativo processo de encolhimento especialmente nos países centrais (mas que segue um movimento diferenciado em vários países do Sul, como China, Índia, Brasil, México, Coreia, África do Sul etc.), mas deve incluir também os *novos proletários precarizados de serviços*, parte integrante e crescente da classe-que-vive-do-trabalho. Trabalhadores e trabalhadoras que com frequência oscilam entre a *heterogeneidade* em sua *forma de ser* (gênero, etnia, geração, qualificação, nacionalidade etc.) e a *homogeneização* que resulta da condição crescentemente pautada pela precarização, cada vez mais desprovida de direitos do trabalho e de regulamentação contratual.

Não menos importante é dizer ainda que a *classe trabalhadora*, em sua *nova morfologia*, participa cada vez mais do processo de valorização do capital e da geração de mais-valor nas cadeias produtivas globais. As formas de intensificação do trabalho, a burla dos direitos, a superexploração, a vivência entre a formalidade e a informalidade, a exigência de metas, a rotinização do trabalho, o despotismo dos chefes, coordenadores e supervisores, os salários degradantes, os trabalhos intermitentes, os assédios, os adoecimentos, padecimentos e mortes decorrentes das condições de trabalho indicam o claro processo de proletarização dos assalariados de serviços que se encontra em expansão no Brasil e em várias partes do mundo, dada a importância das informações no capitalismo financeiro global. Constituem-se, portanto, numa nova parcela que amplia e diversifica a classe trabalhadora.

As consequências dessas mutações são profundas no que concerne às lutas sociais e sindicais, incluindo aquelas que assumem uma conformação anticapitalista. Se há uma *nova morfologia* do trabalho, ela inclui o advento de uma *nova morfologia das lutas*, das formas de organização e da representação do trabalho.

O mundo hoje é um excepcional laboratório para se compreender tanto essa tendência de precarização intensificada do trabalho, que amplia exponencialmente as modalidades cada vez mais *intermitentes* e desprovidas de direitos, quanto a nova era das lutas sociais que acompanham essa processualidade complexa em expansão de escala global. É disso que trataremos nos capítulos seguintes.